

PROJETO DIDÁTICO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: SENTIDOS DE PROFESSORAS

Maicelma Maia **Souza** – UESB

Nilma Margarida de Castro **Crusoé** – UESB

Resumo

O presente trabalho se insere nas discussões sobre escola e relações étnico-raciais e se propõe a apresentar resultados iniciais de pesquisa sobre a prática com projetos didáticos que tratam das relações étnico-raciais tomando como referência inicial os sentidos atribuídos pelas professoras ao conceito de projetos no contexto de suas práticas na escola pesquisada. Foi utilizada a entrevista semi-estruturada com duas professoras que atuam na direção e a análise de conteúdo para analisar os dados. Os resultados apontam para: a) Há uma constatação sobre as situações de discriminação no ambiente escolar; b) A importância da formação continuada para superação de preconceitos; c) A prática de projetos como instrumento dinamizador e organizador da atividade pedagógica; d) A busca pela aprendizagem significativa sobre a temática abordada; e) A relação direta entre os sentidos de projetos e as situações discriminatórias vivenciadas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Escola. Projetos didáticos. Relações étnico-raciais.

PROJETO DIDÁTICO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: SENTIDOS DE PROFESSORAS

Introdução

Entendemos que a prática pedagógica voltada para o trato com as relações étnico-raciais na escola é atravessada por crenças e valores, fruto de sentidos atribuídos por professores, sujeitos dessa temática. São práticas que refratam e refletem formas de pensar do professor, sobre outras formas de produzir conhecimento, outros valores, costumes e jeitos de ser que a universalização do ensino fundamental tem possibilitado, ao inserir na escola pessoas antes invisibilizadas de nossa sociedade (GOMES, 2012) e,

consequentemente, essa inserção demarca lugares no currículo escolar e influencia a reelaboração de práticas pedagógicas.

É considerando este contexto que este trabalho se insere nas discussões sobre escola e relações étnico-raciais, e se propõe a apresentar resultados iniciais de pesquisa sobre a prática com projetos didáticos que tratam das relações étnico-raciais tomando como referência inicial os sentidos atribuídos pelas professoras ao conceito de projetos. O campo empírico é a Escola Municipal Agostinho Pinheiro, destinada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), na cidade de Ipiaú/BA. Os sujeitos são: 02 (duas) professoras do Sistema Municipal de Educação, uma que está na direção da escola e foi coordenadora pedagógica no período em que a outra era diretora dessa mesma escola. A escolha desses sujeitos se deve ao fato de que ambas têm mais de 20 anos que desenvolvem projetos didáticos sobre Relações Étnico-Raciais nesta escola. Foi utilizada a entrevista de forma semi-estruturada e a análise de conteúdo de Bardin (1970) e Amado (2013) para analisar os dados, tomando como unidade de sentido a frase.

Sentidos de Professoras sobre a Prática com Projetos Didáticos

Partindo da compreensão de que as práticas de discriminação racial precisam ser enfrentadas cotidianamente na escola, no intuito de fugir do silenciamento (CAVALEIRO, 2005) diante de suas consequências, é que os projetos didáticos são organizados pela equipe da escola, durante o ano letivo, além disso, porque não constam conteúdos específicos sobre a História e Cultura Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas no currículo oficial enviado a escola, pela Secretaria Municipal de Educação.

Os projetos se configuram na escola no final do século XIX e início do século passado, a partir dos estudos dos pensadores norte-americanos Dewey e Kilpatrick, numa tentativa de aproximar da escola, as discussões sobre democracia, bem como na busca de desenvolver aprendizagem por meio das experiências e atividades das crianças.

Nessa perspectiva é que Kilpatrick (1918) defende o uso de projeto como forma de dar ênfase às ações da escola (Bin, 2012), considerando que o processo educativo deve ser intencional e propositivo, interferindo diretamente no processo de aprendizagem das crianças e, consequentemente, nas suas vidas. Assim é entendido que a educação é vida.

Para compreender porque a escola utiliza projetos didáticos durante o ano letivo, e ao perguntarmos a Anele¹, ex-diretora da escola, como ela conceitua os projetos, ela nos diz: “Eu acho que motiva mais a aula, motiva melhor o professor, [...] e o próprio professor se esforça mais do que cair na rotina da aula. [...]” (ANELE, 2014).

Nota-se que o sentido que Anele atribui aos projetos didáticos é de um instrumento dinamizador da prática pedagógica que: “[...] dá ideia da sequência de que ele vai abrir o tema, desenvolver o tema e fechar o tema [...]” (ANELE, 2014). Aqui, ela aponta como um instrumento organizador da atividade docente, sobretudo para o planejamento, e acrescenta a necessidade de ser “[...] uma sequência de atividades que envolvesse mais a comunidade, envolvesse mais o aluno, e até mesmo o professor, para que fosse mais significativo pro aluno”²

O conceito de Anele se aproxima do conceito trazido por Makena, que ainda acrescenta que: “É uma oportunidade de envolver toda a escola, tanto professor, como alunos, comunidade, porteiro, é a oportunidade de envolver todo mundo [...] então dá uma dimensão maior daquilo que a gente quer alcançar.” (MAKENA, 2014)

Pode-se compreender da argumentação de ambas que os projetos são recursos didáticos que auxiliam na organização do trabalho pedagógico, bem como envolve a comunidade escolar e todos os atores da escola, dinamizando esse ambiente educativo e proporcionando ao educando uma aprendizagem significativa. Encontramos nos estudos de Kilpatrick (1918) sobre projetos, esses elementos elencados na entrevista, quando ele traz como característica fundamental deste trabalho “ter uma finalidade efetiva” (BIN, 2012, p. 70) na vida da criança em termos da relação entre educação e vida ativa em sociedade.

Ao perguntarmos a Makena o que levou a escola a querer trabalhar com os projetos didáticos que tratem de temas relacionados a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, ela nos respondeu: “Tirar esse preconceito que nós carregamos né?! Ele é muuito forte! As crianças já vão crescendo com esse preconceito, já está dentro de cada um de nós, isso já faz parte de nossa formação, nós brasileiros.” (MAKENA, 2014)

Entendemos que este contexto trazido por Makena revela o que Gomes (2005) apresenta como preconceito, “é um julgamento negativo e prévio dos membros de um

¹ Estaremos adotando nomes fictícios para preservar o anonimato e a identidade dos sujeitos da pesquisa.

² (Ibdem)

grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo”. (GOMES, 2005, p. 54)

Os preconceitos são amplamente divulgados sem ponderação ou real conhecimentos dos fatos. Já como consequência do preconceito superado, também Anele ressalta que o trabalho com projetos sobre Relações Étnico-Raciais é motivado pelo desejo “de fazer o aluno sentir orgulho do que ele é, da valorização do que ele é, de não sentir vergonha de ser de terreiro [...] para que cada um desenvolva seu autorespeito e se orgulhe do é.” (ANELE, 2014). A discriminação de ordem religiosa, sofrida pela estudante por ser do Candomblé e o uso da expressão “seu nego, seu preto”, como forma de ofensa, são produtos de preconceitos, evidenciados no ambiente escolar.

Makena acrescenta mais uma justificativa para o trabalho com projetos sobre Relações Étnico-Raciais, “[...] conhecer a nossa história, por que a gente sabe que a cultura europeia ainda predomina, até mesmo naqueles que não têm traços nenhum e, também, ainda não nos aceitamos, essa é a nossa realidade.” (MAKENA, 2014). Então, desenvolver o conhecimento acerca da história dos povos que constituem a nação brasileira pode contribuir para superar os discursos pejorativos, forjados no contexto da Diáspora Africana no Brasil (Munanga, 2012) que tanto dificultam o reconhecimento da identidade negra e a autodeclaração, como também, a religião de matriz africana.

O projeto didático se configura no ambiente escolar como um instrumento dinâmico para a prática pedagógica voltada para as Relações Étnico-Raciais, visto que sua organização parte de problemas evidenciados no cotidiano da escola, é articulado com a participação de todos os sujeitos e garante que a construção da identidade seja dada de forma respeitosa e plural.

Considerações Finais

A implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 exige a reformulação curricular, o que gera outra forma de pensar e estruturar a educação escolar, adequando os conteúdos sobre a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena às demais áreas de conhecimento das quais compõem o currículo, para assim, contemplar de forma digna as três matrizes culturais que fazem parte composição da nação brasileira, com seus saberes, experiências e maneiras de conceber o mundo e essa forma de trabalhar pedagogicamente envolve os projetos didáticos.

Os sentidos atribuídos pelas professoras aos projetos didáticos sobre Relações Étnico-Raciais refletem a realidade discriminatória em que estão inseridas as crianças,

bem como, apontam para uma melhor organização do trabalho pedagógico, o que demonstra interesse por parte da equipe da escola em produzir ações efetivas no combate ao racismo e sus diversas manifestações.

Sendo a educação um dos principais meios para emancipação de um povo, é papel da escola reconhecer sua função na formação integral dos sujeitos e na reformulação de valores, comportamentos e hábitos que respeitem as diversas expressões culturais como mecanismos para produção do saber e para o harmonioso exercício da cidadania. Portanto, toda atividade pedagógica sob a perspectiva de dar voz aos grupos invisibilizados historicamente (negros, indígenas, mulheres, quilombolas, dentre outros) tende a carregar sentidos diversos em suas práticas, e tais sentidos precisam ser reconhecidos como elementos chaves do sucesso dessas práticas.

REFERÊNCIAS

AMADO, João da Silva. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. 1ª Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BIN, Ana Clara. Concepções de conhecimento e currículo em W. Kilpatrick e implicações do método de projetos. Orientação: Jaime Francisco Pereira Cordeiro. São Paulo: s.n., 2012.

_____. Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, 2008.

_____. Lei 9394/ 96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CAVALLERIO, Eliane dos Santos. Introdução. *In Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.* – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/ abr 2012

_____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** - 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. p. 39 – 62. *In Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.* – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus Identidade negra.** – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2008